

## INDEPENDÊNCIA OU...

TV VIVA

## FICHA TÉCNICA

Independência ou ...

Brasil

1985

Direção: TV Viva.

Produção: TV Viva.

Duração: 8min.

Falado em português.

Produção original para vídeo, em cores.

Distribuição em vídeo: Cine e Vídeo Distribuidora.

Premiações: Menção Honrosa na XV Jornada de Cinema da Bahia.

## RESUMO

Documentário com o repórter Brivaldo (o ator Cláudio Ferrário) que, fantasiado de D. Pedro I e "montando" numa burra de bumba-meu-boi, percorre as ruas de Recife perguntando aos populares: "O Brasil é um país independente?".

Texto de Antônio Penhalves Rocha.

## Antônio Penhalves Rocha (APR)

Bacharel em História e doutor em História Econômica pela USP; professor da PUC/SP e da USP; autor de *O Nascimento da Economia Política no Brasil*, pela Brasiliense (SP), e de inúmeros artigos.

## INDEXAÇÃO

Colonização/Memória/Ideologia.

## ASPECTOS CINEMATOGRAFICOS

### TV Viva

A TV Viva é o projeto de comunicação do Centro Luiz Freire, entidade sem fins lucrativos, não governamental, fundada em 1972 e sediada em Olinda, Recife. O Centro Luiz Freire atua também nas áreas de Direitos Humanos e Educação, através do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – Gajop – e do Serviço de Apoio à Educação Alternativa.

### Filosofia

A TV Viva iniciou suas atividades em julho de 1984, animada com a idéia de que seria possível contribuir para se fazer televisão abrangente, eficaz e democrática.

Organizados enquanto produtores independentes e alternativos aos meios de comunicação de massa e de apoio ao movimento popular, autodenominamo-nos *TV* porque queríamos, desde o princípio, romper o isolamento em que ainda vivem os que não dispõem de meios massivos de exibição dos seus produtos.

A televisão no Brasil desenvolveu-se enormemente, e não por acaso, no período da ditadura militar. Tratava-se de promover a integração nacional dentro de um projeto ideológico autoritário, centralizador e economicamente excludente. Formaram-se as grandes redes, sucumbiram as televisões locais e regionais e os projetos de canais públicos.

Ampliar e diversificar o mercado de consumo passou a ser o objeto primeiro das redes de televisão brasileiras. Para que essa tarefa tivesse êxito, elas teriam que ser abrangentes e eficazes. Abrangentes no sentido de alcançar sempre e cada vez mais o maior número de pessoas; eficazes para vender os bens e serviços que a indústria brasileira, em expansão, colocava no mercado.

Vinte anos depois, em 1984, era inegável a constatação de que a televisão brasileira alcançara seu objetivo. Considerada uma das melhores do mundo capitalista, havia integrado o território nacional e encerrado as pessoas em suas casas para o consumo diário da fantasia.

Paralelamente, entretanto, o movimento social organizado ocupou espaços políticos no país e começou a incorporar na sua prática de educação, mobilização e luta popular novos e modernos meios de comunicação. O vídeo ganhou um espaço surpreendente. A TV surge como produto dessa percepção, integrada nesse processo.

Tratava-se, então, de democratizar um meio de comunicação abrangente e eficaz. A nossa opção foi romper o isolamento do aparelho de TV individual, reunir as pessoas na praça pública, a céu aberto, e colocar no telão personagens identificados social e culturalmente com o público. *Veicular informação para engendrar comunicação entre as pessoas.*

### Prática

Nos cinco anos de atividade da TV Viva (1984-1989), constatamos que os marginalizados do processo de geração e reprodução da informação têm opinião sobre tudo. E é essa a matéria-prima essencial do trabalho da TV Viva. Opiniões, conceitos, realizações, fruto da arte, da sobrevivência, dos conflitos, das lutas dessa maioria de pessoas a que genericamente se chama Povo. A TV Viva não pretende fazer educação popular. Nosso trabalho é captar, resgatar ações, reações, o movimento da sociedade, sobretudo dos que, vistos pela ótica da Comunicação dominante, parecem estar ausentes do processo histórico. Interessa-nos mais a diferença do que a semelhança, a contradição do que o, consenso, a dúvida do que a certeza. Como trabalhadores da informação, pretendemos oferecer elementos para a reflexão, e para o diálogo coletivo. A TV Viva não tem caminhos a indicar. Tem, sim, questões a levantar.

Hoje, uma vez por mês e através de duas unidades móveis, a TV Viva apresenta seu programa em 24 bairros das cidades do Recife, Olinda e Paulista. São exibições que juntam 300, 400, 500 pessoas, às vezes mil. Durante uma hora, elas assistem a um programa infantil – Pipoca Maluca –, a um jornal – Olho Vivo –, a uma reportagem temática tratada com humor, a um documentário ou ficção – Quatro Cantos – e a um programa cultural – Circo Eletrônico.

Em geral, os programas são todos produzidos pela TV Viva, mas temos também veiculado vídeos de outras produtoras independentes, brasileiras e latino-americanas.

Além disso, a TV Viva produz programas para sindicatos, associações de moradores e entidades de assessoria ao movimento popular que querem utilizar o vídeo no seu próprio trabalho. Há também programações de exibição feitas em conjunto com entidades de trabalhadores, de estudantes e de moradores, onde o vídeo serve como elemento dinamizador de uma discussão sobre determinado tema.

A TV Viva tem incentivado a formação de redes de exibição independentes, ou seja, a distribuição de vídeos para sindicatos, associações e grupos que disponham de aparelhos de vídeo e TV e se interessem em exibir trabalhos nossos e de outras produtoras. Participamos da Associação Brasileira de Vídeo Popular e estamos integrados ao movimento do vídeo independente da América Latina.

A tecnologia pode servir para dominar ou para libertar. O comentário de uma senhora, após assistir a um programa da TV Viva – "A diferença entre essa TV e as outras é que na TV Viva a gente se vê" –, nos anima a continuar trabalhando no sentido da libertação.

Extraído de:

TV Viva; a sua imagem. Olinda, Centro Luiz Freire. (Folheto comemorativo aos 5 anos: 1984-1989.)

## O IMPAGÁVEL BRIVALDO

O repórter Brivaldo, essa personagem engraçada e irreverente, surge com a TV Viva. Quando os profissionais responsáveis pela televisão comunitária imaginaram esse tipo de programa com reportagens monotemáticas, a partir de duas ou três perguntas centrais, de caráter provocativo, tiveram na figura do ator Cláudio Ferrário seu tipo melhor acabado. Não pode haver outro. Sua natureza desinibida, "sacana" se adaptou tão perfeitamente à personagem que já é difícil separá-los em nossa memória. Apenas um ator com esse poder de comunicação poderia dar conta de envolver-se diretamente com o público nas ruas de Olinda e Recife e estar pronto para rebater provocações, criar situações inusitadas e incumbir-se daquilo que lhe impõe o quase-roteiro.

Brivaldo aparece pela primeira vez em *Pano Branco*, que é sobre uma doença de pele muito comum no Nordeste; foi o primeiro programa desta série que trata, através do riso e brincadeira, de assuntos da maior gravidade. Não tinha ainda todas as características assumidas em *Independência ou ...\** ou mesmo em *Isabel e Seus Negrinhos*. A personagem-repórter criava-se.

Este nome engraçado surgiu também de forma curiosa, dentro do espírito que na época norteava as criações da TV Viva: criação coletiva, espontânea, ligeiramente improvisada. Precisando de um despachante aduaneiro a fim de liberar equipamentos de vídeo importados, o grupo foi à lista telefônica e se deparou com aquele nome gozado, fruto, quem sabe, de erro cartorário ou da imaginação popular muito especial na criação de nomes próprios incomuns, no Nordeste principalmente. Não hesitaram em torná-lo para a personagem da série.

Um marco é o programa sobre o corno, *Amigo Urso*, em que Brivaldo aparece com os chifrinhos, característicos a partir daí. Fantasiar-se de acordo com o tema do programa passou a ser o traço distintivo esperado.

Alguns espectadores vêem nele muitas semelhanças com Ernesto Varela, também um personagem-repórter, criado pelo ator Marcelo Tas, aqui em São Paulo, em meados dos anos 80, numa experiência televisiva da Abril. Eles têm em comum, talvez, a irreverência e o inesperado das perguntas, mas é só.

Cronologicamente, Varela surgiu primeiro. Na época, apesar da transmissão ser local, não só paulistas conheciam a criação de Marcelo Tas. A Abril comprou alguns programas em que Brivaldo era personagem, de forma que TV Viva e Marcelo Tas mantiveram alguma forma de contato. O certo é que, antes das transmissões por antenas paulistas, não houve conhecimento mútuo. Em Olinda, Brivaldo nascia sem que se soubesse da existência de Varela. Para Eduardo Homem, um dos criadores da TV Viva, eles seriam primos longínquos. Com o fim da Censura, o aparecimento de uma imprensa mais agressiva e a criação de produtoras independentes, foi natural o surgimento de figuras desse tipo e perfil. Hoje é já "forçar" muito, para não dizer errar mesmo, apontar influência ou imitação. Brivaldo, como personagem bem-acabada, pouco tem a ver com o desaparecido Varela. Os caminhos tomados foram muito diferentes, como facilmente se verifica num confronto de ambos. Essas coincidências são comuns no universo das artes e da criação.

Os programas nascem a partir de um tema previamente escolhido; da criação das perguntas-chave, que mais tarde são lançadas ao público; de uma necessária reunião com o ator Cláudio Ferrário, quando são simuladas situações e examinados com atenção seus objetivos; da busca de locações, quase sempre o centro da cidade ou os bairros onde a TV Viva é conhecida.

Não há nenhuma espécie de produção, de artificialismo na interlocução de Brivaldo com o público, exceção feita ao eventual aparecimento de um entrevistado notável, conhecido. Evidentemente, o programa sofre as modificações próprias de um trabalho de edição, em que são estabelecidas as seqüências, o ritmo, a seleção de imagens, a inserção da banda sonora etc.

As personagens que casualmente aparecem com Brivaldo, no corpo do que é encenação, são construídas do mesmo modo espontâneo, improvisado no melhor sentido do termo. Piolho, o garoto-repórter, foi descoberto numa favela, quando a equipe da TV Viva o viu brincando, com outras crianças, "de televisão", com uma câmera de lata, uma caixa de sapatos (o gravador), de onde saíam um fio e microfones simulados. Seu desempenho fascinou a equipe, que interrompeu seu trabalho e ficou ali assistindo. Chamaram-no para fazer um teste e as coisas deram certo. Acabou fazendo alguns programas, dentre eles *Com os Pés na Cabeça\** e *Isabel e Seus Negrinhos*.

Um garoto-repórter e negro sofre dupla discriminação no país da democracia racial. Em muitas situações de contato direto com o público, acabaria precisando de uma couraça emocional inimaginável na época, e no adolescente que é hoje (1990). Simplesmente não conseguiu impor respeito; o respeito que merece e não recebe, por habitual preconceito e ignorância. Assim, algumas reportagens não chegaram a bom termo. Uma pena.

A atriz Ceça Acioly, amiga, há tempos, do grupo que realizou a TV Viva, trabalha muito com o teatro de rua. Como Cláudio, é solta e tem presença muito forte. Talvez, por seu dote jornalístico ser de outra natureza, os temas, apenas com ela, avancem numa outra direção. Com Cláudio, funciona muito bem; basta ver o interessante *Ciúme de Você, Ciúme de Tudo\**, em que atuam juntos.

Outra característica importante deste trabalho da TV Viva é o reaproveitamento. Como muitos dos temas não perdem a atualidade, eles podem ser exibidos em bairros e momentos diferentes. A mudança de bairro acontece a cada dois anos, tempo suficiente para apresentar o leque de programas criados pelo grupo. Até que certos vídeos -voltem a ser exibidos no mesmo local, alguns anos já se passaram. Para o público, não perderam ainda o gosto de novidade, e prosseguem despertando curiosidade.

Para aqueles que não imaginam a realização deste tipo de programa, com tanta desenvoltura, fora do Nordeste, par-

ticularmente Pernambuco, em função da natureza loquaz e brincalhona das pessoas de rua (a impressão que fica dos vídeos), em oposição à estereotipada sisudez do paulista, por exemplo, é bom saber que Brivaldo já andou por aqui, São Paulo, na avenida Paulista e praça da Sé, e também no Rio (ver *Estive no Rio e...* ), com a mesma graça, despertando tantas risadas e espanto para o prazer das pessoas que, sem a menor dificuldade, vêem, no riso, saborosa ciência. Viva!

(Antônio Rebouças Falcão, a partir de entrevista de Eduardo Homem aos técnicos da Videoteca Pedagógica da FDE.)

## APROXIMAÇÃO

A Proclamação da Independência, em 7 de Setembro de 1822, rompeu definitivamente a dominação colonial que Portugal exercia sobre o Brasil. Isto significa, em termos ligeiramente mais técnicos, que o Brasil, a partir desta data, deixou para o passado a condição de colônia do antigo sistema colonial.

No entanto, este acontecimento não assumiu a dimensão de uma revolução, pois após a Independência foram mantidas as grandes escoras da vida colonial: a escravidão negra, a grande lavoura exportadora e a dependência do Brasil de capitais e produtos manufaturados europeus.

Esta forma que a Independência adquiriu veio ao encontro dos interesses da grande lavoura exportadora, posto que a ela não interessava alterações essenciais na estrutura colonial. Somente através da manutenção desta estrutura os grandes proprietários podiam preservar a posição de classe dominante adquirida no período colonial.

Uma medida que formalizasse a separação tornara-se necessária em 1822, em conseqüência das diretrizes políticas que Portugal estava impondo ao Brasil desde 1820. No entanto, para a classe dominante, a Independência devia ocorrer sem que o edifício econômico, político e social sofresse arranhões; isto quer dizer que, além da conservação da estrutura colonial, era preciso manter também a monarquia – representada no Brasil pelo Regente (D. Pedro). Deste modo, seriam evitadas convulsões políticas, que eram associadas com a possibilidade da desagregação territorial ou da revolta de escravos.

O governo inglês interveio igualmente neste processo. Expressando os interesses dos grandes comerciantes e industriais britânicos, ele estava disposto a apoiar medidas que garantissem a continuidade do livre comércio no Brasil, ameaçado pela política agressiva das Cortes portuguesas,

que, após a Revolução do Porto de 1820, tinham a intenção de restabelecer o estado de coisas vigente antes da Abertura dos Portos. Só através do livre comércio os ingleses podiam ter o mercado brasileiro como um dos pontos comerciais para a venda de seus produtos.

Evidentemente também não estava nos planos do governo inglês a realização de mudanças revolucionárias no Brasil: interessava-lhe unicamente manter o livre comércio, que um movimento político radical podia interromper; de resto, pouco lhe importava qual seria a estrutura econômica e social do Brasil ou o seu regime político, dando preferência à manutenção da dinastia de Bragança, velha aliada da Inglaterra. Por isto mesmo houve uma identificação entre os interesses ingleses e os da grande lavoura, ou seja, para ambos importava a separação do Brasil em relação a Portugal, desde que tal processo não promovesse transformações substantivas.

É dentro desta moldura, na qual interesses políticos, sociais e econômicos se articulam, que a Independência deve ser enquadrada. Todavia, cabe pôr em relevo que este processo, constituído por uma teia de interesses, não foi a Independência, mas uma das alternativas para que ela se efetuassem; por outro lado, sabemos a *posteriori* ("fazendo História") que esta alternativa prevaleceu sobre as demais.

Importa é que a formalização da Independência, ocorrida no dia 7 de Setembro de 1822, foi engendrada como um fato político. Isto significa que para se compreender adequadamente tal fato há que se considerar também as negociações políticas de D. Pedro que envolveram pessoas e agrupamentos políticos. Enfim, é necessário constatar que houve uma combinação dos interesses dos grandes proprietários de terra do Brasil com os do governo inglês, embora isso não seja suficiente para uma compreensão adequada da formalização da separação de Portugal ocorrida no dia 7 de Setembro. As figuras e grupos políticos que participaram não foram marionetes, cuja manipulação foi mecanicamente feita pelos interesses que estavam em jogo.

Passemos do quadro histórico para o filme *Independência ou...* Ele nos fornece dados para refletir sobre uma outra dimensão da Independência: aquela relacionada com a memória que se conservou da Proclamação de D. Pedro. É verdade que isto não significa que possamos extrair dele conclusões definitivas sobre a apropriação da Independência pela memória coletiva por dois motivos: primeiro, o filme apresenta uma quantidade numericamente inexpressiva de entrevistas; segundo, elas foram realizadas unicamente numa cidade brasileira (Recife). Por outro lado, não resta dúvida de que ele nos dá uma pequena amostra do conceito que os brasileiros têm da Independência.

Assistindo ao *Independência ou...*, a primeira coisa que choca é a má informação generalizada sobre o episódio da Independência.

De fato, imaginemos uma situação absurda, que, aliás, o filme inventa: D. Pedro I volta aos nossos dias e pergunta a diversas e variadas pessoas sobre o 7 de Setembro. As respostas são desconcertantes, tanto as de figuras das camadas populares, como as de uma elite intelectual. Para as crianças da favela a Independência foi feita por Pedro Álvares Cabral! Para um adulto, a Independência é confundida com a República e a democracia, enquanto para outro não houve independência, pois o Brasil ainda "dá tudo" para os americanos e judeus! Um garoto na rua confunde a Independência do Brasil com a sua independência financeira! E este festival de desinformação prossegue na escola: uma aluna desqualifica "D. Pedro I" ao informá-lo de que ele não era necessário, pois a Independência foi feita pelas classes sociais (não é à toa que "D. Pedro" chora copiosamente ao ouvi-la); outra afirma que a Independência foi apenas "um passo", na medida em que o Brasil passou a depender dos Estados Unidos, como se isso fosse possível no século XIX. Finalmente, uma professora pontifica que "quem faz a história não são os heróis, mas sim o povo".

O dia-a-dia nos tem mostrado que vivemos num país pobre, que empresta muito pouca atenção à educação escolar. Sendo assim, é de esperar que o homem simples não tenha

informações sobre a história do Brasil. Não podemos, portanto, responsabilizar as pessoas que vivem nos estratos mais pobres da população por estarem mal-informadas.

Mas o que dizer das opiniões manifestadas pelos alunos entrevistados? Devemos pressupor que cursem algo parecido com uma escola de aplicação da Universidade Federal de Pernambuco. Isto significa que têm acesso às informações dadas por uma elite intelectual, e mesmo assim apresentam opiniões equivocadas sobre a Independência.

Vejamos no que consistem tais opiniões, deixando de lado os erros mais grosseiros, relacionados com as afirmações sobre a dependência do Brasil aos Estados Unidos, em seguida à Independência. Devemos nos deter na afirmação de uma das alunas, segundo a qual a história é feita pelas classes sociais e que D. Pedro não era necessário. Num certo sentido tal opinião é endossada pela professora, para quem "não são os heróis que fazem a história, mas o povo". Mas, será possível pensar o 7 de Setembro sem D. Pedro? Obviamente não. Ele de fato proclamou a Independência, o que não significa que ele tenha tomado tal decisão unicamente movido por suas paixões, como se fosse uma divindade que projetasse os destinos de todos na mais absoluta solidão. Sendo assim, há que se reconhecer que houve uma medida política nessa data, e as decisões tomadas também foram de ordem política, muito embora a Proclamação tivesse sido representada posteriormente como um ato heróico decidido pelo Regente às margens do Ipiranga. Convém destacar desde já que a intenção não é de revalorizar o herói na história. O herói é, a bem da verdade, um produto da ficção, e atribuir tal caracterização a personagens da história constitui um controle do passado para efeitos de dominação política no presente. Com efeito, o herói só existiria concretamente na história caso vivesse isoladamente, algo parecido com Robinson Crusoe na sua ilha deserta, que ninguém duvida que é um herói na história da sua ilha.

A intenção é destacar a especificidade das medidas políticas. Elas certamente têm conexões sociais, mas para

serem adequadamente analisadas não podem ser reduzidas ao plano social. Noutros termos, a estrutura social não determina o mundo da política: este mantém uma autonomia relativa em relação à primeira.

Deste modo, para uma compreensão mais ampla dos acontecimentos políticos, há que se ter em conta o quadro social, sem contudo considerá-los como seus resultados automáticos. Assim sendo, no caso concreto da Independência, é indiscutível que havia interesses sociais em jogo e a História deve levá-los em conta. No entanto, devem ser levadas em conta também as interferências exercidas no fato político pelas articulações políticas.

Essa confusão entre o social e o político foi um efeito perverso da passagem de um tipo de análise historiográfica para o seu extremo oposto. Como bem observou a professora entrevistada, uma boa quantidade de livros didáticos nos mostram uma história feita unicamente pelos heróis. Para recusar esta abordagem, muitos professores passaram a considerar as classes sociais como as controladoras dos acontecimentos e o universo da política perdeu a sua especificidade. Tal especificidade deve ser considerada, pois as decisões políticas não são tomadas "pelo povo", mas por uma categoria criada pelo mundo moderno: os políticos profissionais, e tampouco a vontade popular, e até mesmo das classes dominantes, prevalece em tais decisões.

(APR)

## **DISCIPLINAS INDICADAS**

*História* – A visão atual do processo de independência do Brasil e o papel de D. Pedro I.

*Sociologia* – Os aspectos social e político na análise dos acontecimentos históricos. A figura do herói na História.

## NOTAS

1 *Escolas de Aplicação* – Criadas em 1958, tiveram como objetivo proporcionar escolaridade de elevado padrão ao nível de 1º grau, servindo como campo de observação a professores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Estiveram, alunos e professores, bastante envolvidos nos movimentos de protesto estudantil dos anos 60, particularmente a unidade de bairro paulistano Santa Cecília.